

Portaria nº 485, de 1 de abril de 2014

Esta Portaria redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo que este Serviço integra as redes intersetoriais de enfrentamento da violência contra mulheres, homens, crianças, adolescentes e pessoas idosas, tendo como funções precípua preservar a vida, ofertar atenção integral em saúde e fomentar o cuidado em rede (BRASIL, 2014a).

Especifica que o Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual poderá ser organizado em todos os estabelecimentos de saúde integrantes do SUS, conforme as especificidades e atribuições de cada estabelecimento, e abranger as seguintes classificações: Serviço de Referência para Atenção Integral às Mulheres, Adolescentes, Crianças, Homens e Pessoas Idosas em Situação de Violência Sexual; Serviço de Referência para Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei e Serviços Ambulatoriais com Atendimento a Pessoas em Situação de Violência Sexual (BRASIL, 2014a).

Entre outras recomendações, estabelece que:

- Os Serviços de Referência para Atenção Integral e o Serviço de Referência para Interrupção de Gravidez poderão ser organizados em: hospitais gerais e maternidades; Prontos-Socorros; Unidades de Pronto-Atendimento (UPA); e em serviços de urgência não hospitalares.
- Serviços ambulatoriais – Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ambulatórios de especialidades e outros, que compõem a rede de cuidado a pessoas em situação de violência sexual, devem realizar o atendimento conforme suas especificidades e atribuições (BRASIL, 2014a).
- Os Serviços de Referência para Atenção Integral terão suas ações desenvolvidas em conformidade com a Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes do Ministério da Saúde, realizando:



Para Elas

por elas, por eles, por nós

Atenção Integral à Saúde da Mulher em Situação de Violência

- Acolhimento.
 - Atendimento humanizado.
 - Escuta qualificada.
 - Realização de anamnese e preenchimento de prontuário.
 - Dispensação e administração de medicamentos para as profilaxias indicadas.
 - Realização dos exames laboratoriais necessários.
 - Preenchimento da ficha de notificação compulsória de violência.
 - Orientação, agendamento ou encaminhamento para acompanhamento clínico e psicossocial.
 - Orientação às pessoas em situação de violência, ou aos seus responsáveis, a respeito de seus direitos.
 - Orientação sobre a existência de outros serviços para atendimento a pessoas em situação de violência sexual.
- Os estabelecimentos de saúde que atuarem como serviços de referência dispostos no *caput* funcionarão em regime integral, 24 horas por dia, nos sete dias da semana e sem interrupção da continuidade entre os turnos.
 - A equipe dos Serviços de Referência terá a seguinte composição de referência: médico clínico ou um médico em especialidades cirúrgicas; um enfermeiro; um técnico em enfermagem; um psicólogo; um assistente social e um farmacêutico.
 - Os Serviços de Referência para Atenção Integral a Adolescentes e às Crianças em Situação de Violência Sexual deverão comunicar de imediato ao Conselho Tutelar da respectiva localidade a suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente (de acordo com o Art. 13 da Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente).
 - Compete às Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a qualificação periódica de equipes multiprofissionais (BRASIL, 2014a).



Para Elas
por elas, por eles, por nós

Atenção Integral à Saúde da Mulher em Situação de Violência

Esta Portaria incluiu, na Tabela de Serviços/Classificação do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), o Serviço Especializado 165 – Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual e suas classificações, nos termos do anexo a esta Portaria e revogou a Portaria nº 528/GM/MS, de 1 de abril de 2013 (BRASIL, 2014a).

Saiba que o Código Penal de 1940, em seu Artigo 128, previa o aborto no caso de gravidez resultante de estupro.